

---

VAÏSSE, Maurice. *La Grandeur: politique étrangère du général de Gaulle (1958-1969)*. Paris: Fayard, 1998, 726 p.

Em 1969, já encerrando o longo período em que esteve à frente dos destinos da França, o General Charles de Gaulle resumia – em tom de confiança, em tom de oração – todo o seu projeto político para a França: “O que nós queríamos para a França... a grandeza”. Com efeito, nada sintetiza melhor os objetivos da política que pretendia, a um só tempo, exorcizar os demônios da França derrotada em 1940 – e a partir de então, sombra fugaz da potência que conheceu o seu apogeu ao longo de todo o século XIX –, e estabelecer um novo papel internacional para o país que resguardasse o matiz civilizacional e a independência nacional.

A política exterior da França gaullista e o pensamento político do Chefe de Estado são os objetos do monumental livro de Maurice Vaisse, professor da Universidade de Reims, diretor do Centro de Estudos de História da Defesa e sucessor de Jean-Baptiste Duroselle no comando da publicação dos *Documents Diplomatiques Français*. Vaisse já é conhecido dos especialistas brasileiros por seus criteriosos trabalhos sobre a história da defesa (*Sécurité d'abord: la politique française en matière de désarmement entre les deux guerres*. Paris: Pedone, 1981, 650 p.; e sobretudo, em co-autoria com Jean Doise, *Diplomatie e outil militaire, 1871-1969*. Paris: Le Seuil, 1992, 742 p.) e pela muito bem sucedida síntese da história contemporânea desde o pós-guerra (*Les relations internationales depuis 1945*. Paris: Armand Colin, 1996, 192 p.).

O livro em questão não é o primeiro esforço de compreensão sobre a política exterior da França entre 1958 e 1969 mas é, certamente, o primeiro a se utilizar sistematicamente dos arquivos como fonte essencial, ao que se juntam dezenas de depoimentos tomados entre os principais atores e testemunhas da época, contatos privilegiados facilitados pela atuação do autor na presidência do Conselho Científico da Fundação Charles de Gaulle. Com efeito, Vaisse processou documentação quase inesgotável, cuja figura de proa são as notas estabelecidas a partir das audiências concedidas pelo Chefe de Estado, e que constituem um dos fundos mais cobiçados pelos pesquisadores franceses e estrangeiros que se aventuram na imensidão dos Arquivos Diplomáticos Franceses – de fato, o fundo Entrevistas e Mensagens ainda não foi liberado à consultação (é todo inédito), e reúne as notas tanto da Presidência da República quanto das audiências do Primeiro Ministro e do Chanceler. A habilidade de Vaisse em compulsar o citado fundo permite conhecer as grandes orientações do pensamento e da ação do General (pelo menos enquanto se aguarda a liberação dos seus arquivos particulares, contingenciada pelos herdeiros) e evidencia a centralidade assumida pelo Palácio do Eliseu no processo decisório da política exterior da Quinta República e, sobretudo, o quanto este é vulnerável às manifestações da personalidade do Chefe de Estado.

A riqueza documental se completa com a laboriosa pesquisa nos fundos da presidência Charles de Gaulle do Arquivo Nacional francês (em si, outra imensidão), nos arquivos do Departamento de Estado norte-americano e na Biblioteca Kennedy.

*La Grandeur* é a história da conclusão do longo processo de aprendizado que se abre para a França com a liberação, em 1944, com o qual a nação aprende, sob a ótica de De Gaulle – líder da França Livre desde 1940, Chefe de Governo entre 1944 e 1946 e, desde então, repositório da consciência acerca da grandeza histórica do país até reassumir, por longos 11 anos, os destinos da nação, em 1958 – a conviver com a durabilidade da Ordem de Ialta e com a difícil operacionalização da ambição de construir um nicho para a atuação da antiga grande potência.

O ânimo de De Gaulle, durante os anos em que esteve no Eliseu, se resumia em resguardar a independência nacional e encontrar uma via que permitisse à potência média desempenhar sobre a cena mundial um papel desproporcional à sua importância real. Para tanto, constata, sem deixar de questionar o *status quo* – a bipolaridade rígida mostrava-se indiferente à multipolaridade econômica que já se configurava ao final dos anos cinquenta, apesar de se observar oportunidades políticas nas fissuras dos sistemas de poder montados pelas superpotências.

Chamado ao poder em 1958 para pacificar a França dividida pelos extortores do colonialismo, assim o faz, concedendo à nação a liberação do fardo que impedia a construção da inserção internacional independente – justamente o império colonial (concede primeiro a independência à África Negra, para depois convencer a opinião pública de que o Hexágono poderia prescindir da Argélia). Este é o passo fundamental para a afirmação de uma grande política externa, marcada ao longo do tempo sobretudo pela engenhosidade diplomática que, para ser crível, deve construir para a França espaço de manobra que lhe permita exercer uma influência desproporcional aos seus meios materiais.

É porque combate a existência dos blocos que De Gaulle vai cuidar de revestir a política externa de uma preocupação pacifista, com a qual pretende confirmar a vocação universalista da França, síntese contemporânea do seu antigo ânimo civilizacional. Trata-se de expor a irracionalidade da Guerra Fria para pleitear a revisão global do sistema internacional e a substituição do bipolarismo ideológico pela multipolaridade política calcada sobre o dinamismo econômico dos atores que emergiam da reconstrução.

É porque as idéias do Chefe de Estado acerca do *rang*, do inimigo tradicional e da soberania nacional evoluem desde o fim da Segunda Guerra, que os movimentos da diplomacia gaullista serão estrangidos por estes três balizadores. Com efeito, as antigas concepções serão objeto de nova síntese que será colocada em prática com a confirmação (inesperada) do interesse do General pela Europa Unida: é sob De Gaulle que nasce a idéia – que vingará na Política Exterior da França – de que a inserção internacional do Hexágono é somente

---

possível a partir da sua base regional, sendo fruto dos seus esforços a consolidação do projeto de integração regional e da reconciliação franco-alemã, iniciadas sob a IV República.

Outros lances inserem-se na estratégia de resguardar (ou redesenhar) uma nova posição de potência, visando atingir o núcleo da configuração do poder mundial, que se afigurava para De Gaulle como a limitação das margens de autonomia decisória na ordem bipolar. Ao propor o diretório mundial formado pelos EUA, pela Grã-Bretanha e pela própria França, obteve, na negativa dos americanos, a confirmação das suas teses acerca do pensamento estratégico da superpotência e do lugar ocupado pela Europa e pelas potências intermediárias em seu contexto. Com isso, e com a certeza de que se avizanhava um tempo de distensão, concebe o nicho político para a atuação internacional da Nação, o que é feito sempre com lances espetaculares: retira as forças francesas do comando único da OTAN, denuncia as vicissitudes (e os perigos) do sistema monetário internacional calcado sobre a moeda americana, adverte o mundo contra a ingerência das superpotências nos conflitos regionais (e com o engajamento americano no Vietnã, vislumbra o início da transferência do foco da tensão política e ideológica para cenários secundários), e condena os israelenses, quando passam a expansionistas. Outros movimentos prendem-se diretamente à abertura de novos espaços diplomáticos – reconhece pioneiramente a China Comunista, estabelece relações normais com os países do Leste Europeu (com o que firma a tese da solidariedade europeia, “do Atlântico aos Urais”). O escopo civilizacional da atuação internacional é resguardado com o lançamento de uma ambiciosa política de cooperação, calcada sobre o bilateralismo estrito, com a qual pretende implementar a aproximação com o Terceiro Mundo e o resguardo da influência sobre as antigas colônias.

Outros países – que não os europeus, as superpotências e os que compõem a sua órbita imediata – são analisados por Vaisse tal qual se inseriam no pensamento de De Gaulle e na política exterior da nação sob o seu governo: são espaços para a atuação da vocação universalista e da missão civilizatória da França. Assim, estão recuperadas as passagens acerca das *tournées* na América Latina, em 1964, bem como a exortação nacionalista no Québec, que permitem vislumbrar o projeto de De Gaulle para a consecução de uma “terceira via”, ambíguo o bastante para arrastar às ruas multidões latinas cansadas das promessas nunca concretizadas de uma cooperação econômica mais efetiva por parte dos EUA e o apoio às manifestações nacionalistas. Estes movimentos permitem que se proponha, ao lado dos qualificativos resgatados por Vaisse para analisar o pensamento gaullista e a as suas repercussões sobre a formulação e implementação da política exterior da França, o procedimento de síntese que permite a substituição, de modo eficaz, dos recursos materiais pelos meios morais e intelectuais – o ilusionismo.

Para os que procuram elementos para a compreensão das interações da França com outros países, o trabalho de Vaisse é algo decepcionante, apesar de não ser este o seu objeto, nem a sua promessa. Entretanto, uma observação mais acurada das relações da França com a América Latina, por exemplo, teria permitido ao autor juntar ao retrato fiel que faz do Chefe de Estado e da sua política externa, as habilidades da mistificação demagógica, que evidenciam a perpétua carência de instrumentalidade de que se revestem as relações com os países da região no contexto geral da estratégia de inserção internacional do Hexágono.

*La Grandeur* é também uma lição prática de Vaisse acerca da pesquisa histórica – trata-se de aplicação absolutamente feliz do método, que deve impressionar a todos, não apenas pelo trato eficiente da fonte primária e pela coragem em percorrer conceitualmente imensos fundos de arquivos, mas, sobretudo, pelo fato de que, ao traçar um exaustivo painel de seu objeto, não se atém ao supérfluo nem é tentado pelo impressionismo fácil, tão característicos de boa parte da pesquisa histórica francesa contemporânea. A austeridade e o rigor com que o autor dimensiona a personalidade de De Gaulle, as suas simpatias (e antipatias), a sua formação pessoal, o seu *entourage* – a influir sobre o pensamento do Chefe de Estado e, portanto, sobre a formulação e implementação da política externa da França –, devem oferecer subsídios para outros pesquisadores que se aventurem em empreitadas semelhantes.

*La Grandeur* é dos trabalhos que, sem favores, marcam época na historiografia das relações internacionais – já vem a público seminal (sem ele, não há como compreender esse período capital da história dos franceses) e, certamente, permanecerá por longos anos marcando a fronteira do conhecimento.

*Antônio Carlos Lessa*